

Economia

COMÉRCIO EXTERIOR

Automóveis impulsionam as exportações gaúchas

Embarques em maio cresceram 197,3% em volume, aponta a FEE

Em maio, as exportações do Rio Grande do Sul totalizaram US\$ 1,787 bilhão, um aumento de US\$ 11 milhões em relação a maio de 2016 (+0,62%). Esse crescimento é resultado da elevação dos preços (+6,75%), embora tenha ocorrido a retração dos embarques ao exterior (-5,75%). Com isso, o Estado permaneceu como o terceiro maior exportador do País, com 9% das vendas externas brasileiras. Os dados foram divulgados ontem pela Fundação de Economia e Estatística (FEE).

As vendas de produtos manufaturados apresentaram crescimento, enquanto os produtos básicos e semimanufaturados sofreram retração. No caso dos manufaturados, as exportações alcançaram US\$ 615,5 milhões (elevações de US\$ 109,5 milhões, 21,6% em valor, 3,8% em volume e 17,2% nos preços), respondendo por 34,4% da pauta exportadora no mês. Já as vendas de produtos básicos corresponderam a US\$ 1,04 bilhão, uma diminuição de US\$ 50,5 milhões (menos 4,6% em valor, 4,2% em volume e 0,4% em preço), respondendo por 58,6% da pauta. Por sua vez, os semimanufaturados alcançaram US\$ 106,6 milhões (retrações de US\$ 54,1 milhões, 33,6% em valor, 32,2% em volume e 2,1% nos preços), representando 6% da pauta.

Os produtos mais vendidos em maio pelo Estado foram soja em grão (37,6%), farelo de soja (5,2%), carne de frango (5,1%), polímeros (5%), fumo (4,6%) e automóveis de passageiros (4,5%). Já os principais países de destino dos produtos gaúchos foram China (37,6%), Argentina (9,6%), Estados Unidos (6,4%), Coreia do Sul (3,4%) e Vietnã (3,3%). Ressalta-se que esses seis produtos representaram



Acordos automotivos no âmbito da União ajudam no desempenho

mais da metade das receitas auferidas pelo Rio Grande do Sul em maio, e os referidos países, 60% da pauta.

Em maio, o expressivo aumento das vendas de automóveis de passageiros, tanto em valor (US\$ 50,6 milhões ou 170,9%) quanto em volume (+197,3%), foi decisivo para o resultado positivo da receita exportadora gaúcha, com destaque para o crescimento de mais de 4,5 mil unidades apenas para a Argentina, além de mais de 2,7 mil unidades somadas para Chile, Peru, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Com isso, a participação desse produto na pauta exportadora do Estado passou de 1,7% em maio de 2016 para 4,5% em maio de 2017.

Segundo Bruna Kasprzak Borges, economista do Centro de Indicadores Econômicos e Sociais da FEE, “o aumento nas exportações de carros decorre, por um lado, dos acordos automotivos no âmbito do governo federal de 2015 e, por outro, do aumento da parte da produção voltada para o exterior. É um modo de compensar a queda

no mercado interno”. Outros destaques foram as elevações dos embarques de tratores (mais US\$ 7,9 milhões; 51,0% em valor e 52,6% em volume), sobretudo para Argentina; e de partes e peças de veículos (mais US\$ 7,9 milhões), para Argentina e Estados Unidos. Por sua vez, os embarques de soja recuaram US\$ 22,6 milhões (retração de 3,3% em valor, 2,7% em volume e 0,5% em preço).

Nos cinco primeiros meses deste ano, as exportações gaúchas somaram US\$ 6,611 bilhões, uma elevação de US\$ 714,3 milhões em relação ao mesmo período do ano passado (mais 12,1% em valor, 7,0% em volume e 4,8% em preço), com 7,5% das exportações nacionais. Os maiores crescimentos das receitas, até agora, vieram das vendas de soja em grão (mais US\$ 407,2 milhões), automóveis de passageiros (mais US\$ 144,9 milhões), hidrocarbonetos (mais US\$ 79,7 milhões), demais produtos manufaturados (mais US\$ 48,9 milhões), e máquinas e aparelhos para uso agrícola (mais US\$ 47,6 milhões).

PETRÓLEO

Destramento de projetos pode viabilizar investimentos

O destravamento de alguns projetos na área de exploração e produção de petróleo no pré-sal pode viabilizar investimentos da ordem de R\$ 240 bilhões e a instalação de, no mínimo, 20 novas plataformas. A informação foi dada pelo diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, em palestra a empresários na sede da Firjan, no Rio.

Segundo o executivo, a indústria de petróleo poderá dar uma importante contribuição para a retomada do crescimento da economia com o destravamento de vários projetos, além da realização de novos leilões, que já estão programados. De acordo com Oddone, existem vários projetos já em andamento, como o desenvolvimento dos campos de Libra e Sépia, e da Cessão Onerosa - todos no pré-sal -, que poderão resultar em elevados investimentos para o País.

Além disso, Oddone lembrou que os leilões previstos até 2019 vão gerar investimentos da ordem de US\$ 83 bilhões nos próximos 35 anos,

dos quais cerca de US\$ 30 bilhões serão direcionados a projetos no litoral do Estado do Rio de Janeiro, “Estamos vivendo no Brasil um novo ciclo no setor de petróleo, não apenas com a oferta de muitas áreas, mas como a saída da Petrobras de várias áreas, como a de gás natural com seu projeto de venda de ativos”, disse. “A impressão que a gente traz é que, independentemente da situação política, o interesse pelas áreas oferecidas nas rodadas no Brasil neste ano é grande.”

Waldyr Barroso, também da diretoria da ANP, descartou a hipótese de os leilões de áreas exploratórias, inclusive de pré-sal, serem afetados pelas inseguranças políticas, sobretudo, decorrentes das denúncias contra o presidente Michel Temer.

“A agência é de Estado. A gente não tem que confundir a política com o desempenho da agência”, disse o diretor da ANP, após audiência pública para colher comentários do setor para a 14ª Rodada de Licitações, que será realizada em setembro.

ENERGIA

Aneel aprova reajuste de 74,74% nas tarifas das transmissoras

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou reajuste de 74,74% nas tarifas recebidas por nove transmissoras de energia para o ciclo 2017/2018. Juntas, as empresas terão uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 23,736 bilhões.

A nova RAP será aplicada a partir de 1 de julho para CEEE-GT, Celg-GT, Cemig-GT, Copel-GT, Cteep, Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Chesf. O principal motivo do elevado aumento tarifário é a inclusão de uma parcela referente a indenizações devidas a essas empresas. Do aumento de 74,74%, 69,19 pontos percentuais (p.p.) dizem respeito às indenizações; 3,23 p.p., ao reajuste previsto em contrato; e 2,32 p.p., aos investimentos mais recentes na expansão da rede.

As indenizações se referem a investimentos mais antigos, realizados antes do ano 2000, mas que ainda não haviam sido com-

pletamente amortizados. Ao aceitarem a renovação antecipada das concessões, por meio da Medida Provisória (MP) nº 579/2012, as companhias garantiram direito à indenização.

O pagamento desses valores, no entanto, só foi regulamentado em 2016, por meio da Portaria nº 120 do Ministério de Minas e Energia. A Aneel estima que essa conta somaria R\$ 62 bilhões nos próximos oito anos, incluindo principal, atualização e remuneração entre 2013 e 2017; além dos valores entre 2017 e o fim da vida útil de cada ativo.

Uma ação judicial de associações de grandes indústrias questiona a parcela de remuneração sobre esses valores, que não estava prevista na MP 579/2012. Ao calcular a receita das transmissoras, a Aneel considerou os efeitos dessa decisão, que reduziu a conta em R\$ 9 bilhões, para cerca de R\$ 53 bilhões.

LEGISLATIVO

Cooperativismo será tema de grande expediente

Em meio às negociações que interferem na competitividade do cooperativismo, o deputado Elton Weber (PSB) fará homenagem ao Dia Internacional do Cooperativismo, que neste ano é comemorado em 1 de julho. O grande expediente ocorrerá na sessão plenária de amanhã. Foram convidados representantes de cooperativas de todo o Estado, federações e a diretoria

do Sistema Ocergs/Sescoop-RS.

Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) na Assembleia, Weber reforça que as cooperativas não querem benefícios, mas reivindicam um ambiente favorável e sem obstáculos para fomentar a economia. A despeito da crise que o País atravessa, os 13 ramos cooperativos apresentam números positivos

na arrecadação de impostos, geração de emprego e renda, além de colaborarem com mais de 10% do PIB gaúcho. A derrubada do Projeto de Lei nº 214 na Assembleia, a criação de um Refis Especial e a inclusão da Ocergs no Conselho Estadual de Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndio são algumas das questões que estão sendo tratadas pela Frencoop.